

Nas questões de 1 a 60, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA ESCRITA

### QUESTÃO 1

Na Constituição Federal (CF), algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem por meio de emendas. Essas matérias são

- A voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; cidadania; forma federativa de Estado.
- B forma federativa de Estado; dignidade da pessoa humana; divisão dos poderes; pluralismo político.
- C voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; forma federativa de Estado; direitos e garantias individuais.
- D direitos e garantias individuais; soberania; divisão dos poderes; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

### QUESTÃO 2

Quanto a conteúdo, forma, origem, estabilidade e extensão, a CF de 1988 pode ser corretamente classificada, respectivamente, como

- A material, escrita, promulgada, rígida e sintética.
- B formal, escrita, promulgada, rígida e analítica.
- C formal, não-escrita, outorgada, flexível e analítica.
- D material, não-escrita, outorgada, flexível e sintética.

### QUESTÃO 3

Acerca das ações constitucionais, assinale a opção correta.

- A O mandado de injunção é o remédio constitucional a ser impetrado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- B O objetivo do *habeas corpus* é fazer com que todos tenham acesso às informações que o poder público ou as entidades de caráter público tenham a seu respeito.
- C O mandado de segurança deve ser impetrado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- D O *habeas data* é utilizado para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou mandado de segurança.

### QUESTÃO 4

O artigo 5.º, inciso II, da CF dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Tal enunciado consagra o princípio da

- A legalidade.
- B moralidade.
- C impessoalidade.
- D justiça.

### QUESTÃO 5

A CF determina que à Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados. As defensorias públicas estaduais a CF assegura

- A somente a independência administrativa.
- B apenas a independência funcional.
- C a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mas não a autonomia funcional e administrativa.
- D autonomia funcional e administrativa, assim como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos nos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

### QUESTÃO 6

Usucapião é um dos modos de adquirir a propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo. De acordo com a CF, os imóveis públicos

- A podem ser adquiridos por usucapião somente após 20 anos de posse pacífica.
- B não podem ser adquiridos por usucapião.
- C podem ser adquiridos por usucapião somente após 2 anos de posse pacífica.
- D podem ser adquiridos por usucapião somente após 10 anos de posse pacífica.

### QUESTÃO 7

A CF assegura aos defensores públicos

- A a irredutibilidade de subsídio e a vitaliciedade, sendo permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- B a inamovibilidade e a vitaliciedade após 2 anos de exercício no cargo, sendo vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- C a estabilidade após 3 anos de exercício na função, sendo vedados a inamovibilidade e o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- D a inamovibilidade e a estabilidade após 3 anos de exercício no cargo, sendo vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.

### QUESTÃO 8

Acerca do processo legislativo de emendas à CF, assinale a opção correta.

- A Desde que seja caso de relevância e urgência, a CF pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- B Uma proposta de emenda constitucional pode provir de iniciativa popular, desde que subscrita por, no mínimo, 1% dos eleitores do país.
- C Considera-se aprovada a emenda constitucional que obtiver, em dois turnos, três quintos dos votos dos membros de cada casa do Congresso Nacional.
- D Para ser considerada aprovada, após a votação prevista na CF, a emenda constitucional deve ser sancionada pelo chefe do Poder Executivo federal.

**QUESTÃO 9**

Entende-se por controle de constitucionalidade a verificação da adequação que toda norma deve guardar com a CF. É correto afirmar que o controle de constitucionalidade

- A pode ser realizado de maneira preventiva ou repressiva, podendo, em ambos os casos, ser realizado pelos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.
- B pode ocorrer de modo difuso ou concentrado. O controle concentrado é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal e o difuso pode ser realizado por todos os juízes, inclusive os de 1.ª instância.
- C difuso é realizado abstratamente e o concentrado se baseia em um caso concreto.
- D pode ser realizado de maneira preventiva ou repressiva, sendo que, somente no segundo caso, pode ser realizado por qualquer dos três poderes.

**QUESTÃO 10**

É cabível intervenção federal nos estados ou no Distrito Federal quando houver afronta aos chamados Princípios Constitucionais Sensíveis, previstos no artigo 34, inciso VII, da CF. Esses princípios **não** incluem

- A direitos da pessoa humana e autonomia municipal.
- B forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- C prestação de contas por parte da administração pública direta e indireta.
- D legalidade, moralidade e cidadania.

**QUESTÃO 11**

De acordo com o Código Civil brasileiro atual, são absolutamente incapazes

- A os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- B os menores de 18 anos.
- C os pródigos.
- D os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

**QUESTÃO 12**

Não é direito da personalidade

- A o crédito pecuniário expressamente reconhecido pelo Poder Judiciário.
- B o nome.
- C a integridade corporal.
- D a imagem.

**QUESTÃO 13**

Se uma pessoa possui duas residências regulares, considera-se como seu domicílio

- A aquela que for de propriedade da pessoa.
- B aquela onde a pessoa reside há mais tempo.
- C aquela que a pessoa passou a ocupar por último.
- D qualquer uma delas.

**QUESTÃO 14**

A expressão “dôo o meu terreno localizado na Av. Paulista, n.º 0000, bairro XXX, na cidade de São Paulo, ao município de São Paulo, a fim de que nele seja construída uma escola” encerra uma liberalidade gravada com

- A condição resolutiva.
- B encargo.
- C condição suspensiva.
- D termo certo.

**QUESTÃO 15**

A exigência de cheque caução feita por hospital como condição *sine qua non* para a realização de uma cirurgia em familiar de quem o emite, configura o defeito do negócio jurídico denominado

- A lesão.
- B nulidade.
- C estado de perigo.
- D dolo.

**QUESTÃO 16**

A ação de investigação de paternidade

- A é imprescritível.
- B prescreve em 5 anos.
- C prescreve em 10 anos.
- D prescreve em 20 anos.

**QUESTÃO 17**

Uma cirurgiã locou, por uma semana, centro cirúrgico em hospital de renome, submetendo seu paciente a cirurgia não estética. Apesar de ministrar todos os recursos médicos na intervenção cirúrgica, seu paciente faleceu.

Na situação hipotética acima, a responsabilidade pelo evento

- A cabe à médica, pela teoria do risco profissional.
- B é cumulativa, da médica e do hospital, pelo vínculo decorrente da locação celebrada.
- C cabe à médica, se provada sua culpa no evento.
- D cabe à médica, com base na teoria da responsabilidade objetiva.

**QUESTÃO 18**

Acerca do casamento, assinale a opção **incorreta**.

- A A idade núbil inicia-se, tanto para o homem quanto para a mulher, aos 16 anos.
- B O casamento contraído por menor de 16 anos é nulo.
- C Não se anulará, por motivo de idade, o casamento do qual resultou gravidez.
- D Casamento nuncupativo é aquele feito em caso de iminente risco de vida.

**QUESTÃO 19**

O atual regramento da união estável reconhecida constitucionalmente como entidade familiar

- Ⓐ não estipula prazo mínimo para que se considere estável a união, bastando ser esta duradoura, pública, contínua e com o objetivo de constituir família.
- Ⓑ pressupõe que a convivência tenha a duração mínima de 5 anos.
- Ⓒ permite a estipulação livre de regime de bens, desde que no início da convivência.
- Ⓓ admite que se considere como tal uma união de menos de 5 anos, desde que dela resultem filhos.

**QUESTÃO 20**

Quanto aos alimentos, é correto afirmar que devem ser fixados

- Ⓐ pelo livre arbítrio do juiz, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.
- Ⓑ no montante das necessidades do reclamante, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.
- Ⓒ no montante da possibilidade financeira da pessoa obrigada a prestá-los, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.
- Ⓓ na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos financeiros da pessoa obrigada.

**QUESTÃO 21**

O arrendimento posterior

- Ⓐ é aplicado na segunda fase do sistema trifásico de cálculo da pena, como circunstância atenuante.
- Ⓑ aplica-se ao crime de roubo tentado.
- Ⓒ tem natureza jurídica de causa obrigatória de diminuição da pena, constituindo um direito subjetivo público do agente do crime.
- Ⓓ pode não ser reconhecido pelo juiz, caso o agente do crime seja reincidente.

**QUESTÃO 22**

Sob a ótica da defesa, é correto afirmar que

- Ⓐ é cabível a aplicação do princípio da insignificância para considerar a conduta atípica se a coisa furtada for de ínfimo valor econômico e o criminoso tiver bons antecedentes.
- Ⓑ não se aplica a pena prevista para o furto privilegiado a criminoso primário, mas que apresenta maus antecedentes.
- Ⓒ o criminoso que cumpriu a pena por outro crime, há mais de cinco anos antes da subtração de coisa de pequeno valor, deve responder por furto simples.
- Ⓓ o agente reincidente em crimes contra a honra, sendo a coisa furtada de pequeno valor, deve receber a pena de furto privilegiado.

**QUESTÃO 23**

A respeito de lei penal e medida de segurança, assinale a opção correta.

- Ⓐ A medida de segurança não é sanção penal, mas medida de proteção ao criminoso imputável.
- Ⓑ A lei penal que agrava a medida de segurança pode retroagir, pois a vedação à retroatividade da lei penal mais gravosa somente se aplica aos crimes e às penas.
- Ⓒ A lei penal que agrava a medida de segurança não pode retroagir, porque a medida de segurança é sanção penal assim como a pena.
- Ⓓ A lei penal mais branda não pode retroagir para atingir a medida de segurança por não se tratar de espécie de pena.

**QUESTÃO 24**

Assinale a opção correta acerca da falsificação de documento.

- Ⓐ A falsificação de uma nota promissória endossável configura o crime de falsificação de documento público.
- Ⓑ A falsidade ideológica somente se aplica à omissão de declaração em documento público.
- Ⓒ A falsidade ideológica somente se aplica à inserção de declaração falsa em documento particular.
- Ⓓ A falsificação de um cheque endossável configura o crime de falsificação de documento particular.

**QUESTÃO 25**

Em relação às penas e sua redução, assinale a opção correta.

- Ⓐ A redução da pena é facultativa em caso de tentativa, podendo ser reduzida em um sexto a dois terços da pena prevista para o crime consumado.
- Ⓑ O Código Penal comina uma pena para os crimes tentados e outra para os crimes consumados.
- Ⓒ A redução da pena pela tentativa fica a critério do juiz, discricionariamente, com limite apenas nas cominações mínima e máxima do tipo penal.
- Ⓓ A redução da pena é obrigatória em caso de tentativa, devendo ser reduzida em um a dois terços da pena prevista para o crime consumado.

**QUESTÃO 26**

João emprestou uma máquina fotográfica a Paulo. Paulo começou a correr, olhando para João, com um sorriso irônico, levando a máquina fotográfica. Logo depois, João telefonou para Paulo questionando o comportamento do colega, que informou que resolvera, depois de se despedirem, não mais devolver a máquina fotográfica.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Paulo praticou estelionato, pois cometeu uma fraude posterior para conseguir a posse da máquina fotográfica.
- Ⓑ Paulo praticou o crime de apropriação indébita, pois tinha a posse legítima da máquina fotográfica derivada do contrato de comodato quando deliberou inverter a posse.
- Ⓒ Paulo praticou o crime de furto qualificado por fraude, uma vez que saiu correndo do local, enganando a vítima.
- Ⓓ O fato é atípico porque se trata de mero inadimplemento contratual.

**QUESTÃO 27**

Assinale a opção correta acerca de porte e tráfico de drogas.

- A** A prescrição da pretensão punitiva do crime de tráfico de drogas é de apenas dois anos.
- B** O porte de drogas para uso pessoal tem cominação legal de pena privativa de liberdade de reclusão.
- C** O tráfico de drogas passou a ser atípico.
- D** A prescrição da pretensão punitiva e executória do crime de porte de drogas para uso pessoal é de dois anos.

**QUESTÃO 28**

Quanto aos crimes de calúnia, difamação e injúria, assinale a opção correta.

- A** Os crimes de calúnia, difamação e injúria ofendem a honra objetiva e o patrimônio da vítima.
- B** O crime de calúnia ofende a honra subjetiva e o patrimônio da vítima.
- C** Os crimes de calúnia e difamação ofendem a honra objetiva da vítima.
- D** O crime de injúria ofende a honra objetiva e o patrimônio da vítima.

**QUESTÃO 29**

De acordo com a CF,

- A** é permitida a criação de penas cruéis por decreto.
- B** somente a lei pode prever crimes e estabelecer as penas.
- C** o decreto presidencial pode prever crimes e penas.
- D** a pena de banimento pode ser aplicada aos brasileiros.

**QUESTÃO 30**

Assinale a opção correta acerca de conflito aparente de normas penais.

- A** O princípio da consunção consiste na absorção do crime-fim pelo crime-meio.
- B** O princípio da especialidade consiste na aplicação da lei genérica em prejuízo da lei específica.
- C** O princípio da especialidade consiste na aplicação da norma penal mais específica em relação à norma penal mais genérica.
- D** O princípio da subsidiariedade consiste na aplicação da norma penal secundária em prejuízo da norma penal principal aplicável ao caso concreto.

**QUESTÃO 31**

Segundo a Lei n.º 5.478/1968, na ação de alimentos, o prazo para contestação é

- A** de 30 dias.
- B** de 15 dias.
- C** de 10 dias.
- D** o da audiência.

**QUESTÃO 32**

Considerando o procedimento ordinário do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção que apresenta a sequência correta de produção de provas na audiência de instrução e julgamento.

- A** depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu
- B** esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, depoimento pessoal do réu, depoimento pessoal do autor, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu
- C** esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu
- D** depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, testemunhas arroladas pelo autor, testemunhas arroladas pelo réu e esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos

**QUESTÃO 33**

Pedro ingressou com uma demanda de usucapião extraordinária contra Márcio. Ao despachar a petição inicial, o juiz determinou ao autor que a emendasse para que fossem incluídos no pólo passivo os confrontantes do imóvel objeto da demanda. Nessa situação hipotética, há litisconsórcio

- A** passivo, necessário, originário e simples.
- B** ativo, facultativo, originário e unitário.
- C** ativo, necessário, originário e simples.
- D** passivo, necessário, originário e unitário.

**QUESTÃO 34**

O recurso de apelação é

- A** recebido no duplo efeito somente quando a lei expressamente assim o dispuser.
- B** sempre recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo).
- C** recebido somente no efeito devolutivo.
- D** recebido, em geral, no duplo efeito (devolutivo e suspensivo), salvo hipóteses em que deve ser recebido somente no efeito devolutivo.

**QUESTÃO 35**

Acerca das medidas cautelares específicas, assinale a opção correta.

- A** A medida de arrolamento, que incide sobre uma universalidade de bens, é cabível sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens.
- B** É cabível a medida de arresto na constrição em bem determinado, enquanto a medida de seqüestro recai sobre bem indeterminado.
- C** Tanto a medida de arresto quanto a de seqüestro recaem sobre bens indeterminados, se diferenciando apenas quanto à modalidade de execução a ser proposta.
- D** Sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens, é cabível a medida de arrolamento, que incide sobre bens determinados.

**QUESTÃO 36**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio de seu Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, ajuizou uma ação civil pública contra a remoção de determinada comunidade de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade de São Paulo. Essa comunidade estava instalada no local havia 35 anos. Ao despachar a petição inicial, o juiz a indeferiu, extinguindo o processo sem resolução do mérito, ao fundamento de que não haveria possibilidade jurídica do pedido, uma vez que não há nenhuma lei que assegure expressamente a pretensão do autor em não remover uma comunidade.

Nessa situação hipotética, o juiz

- A agiu corretamente, porque, como se trata de ação civil pública, não é observada a oportunização da emenda da inicial antes de se extinguir o processo.
- B agiu corretamente, já que a possibilidade jurídica do pedido, segundo a doutrina majoritária, é aferida somente se houver previsão expressa do pedido postulado na ação.
- C não agiu corretamente, pois, em caso de impossibilidade jurídica do pedido, sempre é necessário determinar ao autor a emenda da petição inicial.
- D não agiu corretamente, pois, segundo a doutrina majoritária, a possibilidade jurídica do pedido afere-se a *contrario sensu*, ou seja, é juridicamente possível tudo aquilo que a lei não vede expressamente.

**QUESTÃO 37**

Com base no CPC, assinale a opção correta.

- A No chamado *litisconsórcio multitudinário*, o magistrado pode limitar os litisconsortes, excluindo-os da demanda ou desmembrando o processo, somente em caso de litisconsórcio necessário.
- B Segundo a teoria da substanciação da demanda, além dos fatos, deve o autor declinar os dispositivos nos quais se baseia sua pretensão.
- C A prova *ad perpetuam rei in memoriam* admite a forma de depoimento pessoal, de inquirição de testemunhas e de perícia.
- D O CPC em vigor, no que tange às condições da ação, adotou a teoria do direito concreto de agir, segundo a qual as condições da ação são requisitos para o regular exercício do direito de ação.

**QUESTÃO 38**

São modalidades forçadas de intervenção de terceiros

- A denúncia da lide e oposição.
- B nomeação à autoria e oposição.
- C chamamento ao processo e oposição.
- D denúncia da lide e chamamento ao processo.

**QUESTÃO 39**

De acordo com as disposições da Lei Federal n.º 1.060/1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária para os necessitados, assinale a opção correta.

- A Se o assistido puder atender, em parte, às despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas, que não serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.
- B A impugnação do direito à assistência judiciária suspende o curso do processo, devendo ser feita em autos apartados.
- C Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão de primeira instância.
- D Caberá apelação das decisões referentes à sua aplicação, que será recebida somente no efeito devolutivo, quando a sentença conceder o pedido.

**QUESTÃO 40**

O prazo para apresentação de impugnação à execução, expedido no caso de devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, é de

- A 5 dias.
- B 10 dias.
- C 15 dias.
- D 30 dias.

**QUESTÃO 41**

De acordo com o art. 366 do Código de Processo Penal (CPP), se o réu citado por edital não comparecer ao interrogatório e não constituir advogado,

- A o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito.
- B o processo prosseguirá sem a intimação do réu para os demais atos processuais, com exceção da sentença.
- C o juiz deverá nomear defensor público ou dativo para representar o acusado, tendo o processo prosseguimento normal.
- D o processo e o prazo prescricional ficarão suspensos, podendo o juiz, se necessário, determinar a produção de provas urgentes e decretar a prisão do réu.

**QUESTÃO 42**

De acordo com o CPP,

- A a revisão criminal tem natureza de recurso e somente pode ser requerida pelo próprio réu após o trânsito em julgado de uma decisão condenatória.
- B a apelação é cabível contra sentenças definitivas e sempre tem efeito devolutivo e suspensivo.
- C os embargos infringentes e de nulidade somente podem ser interpostos pela defesa e são cabíveis contra decisões de segunda instância que não sejam unânimes.
- D os embargos de declaração são cabíveis em caso de decisão ambígua, omissa, contraditória ou obscura e são julgados pela instância superior ao órgão prolator da decisão.

**QUESTÃO 43**

Assinale a opção correta acerca do inquérito policial (IP).

- A O IP deve ser concluído em cinco dias, se o réu estiver preso em flagrante, ou em quinze dias, se estiver solto, podendo, neste último caso, ser concedido novo prazo pela autoridade judicial.
- B O IP pode ser iniciado de ofício, mediante requisição do juiz ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de seu representante.
- C Caso o Ministério Público requeira o arquivamento do IP, o juiz será obrigado a determiná-lo, encerrando definitivamente a investigação.
- D O IP é a única forma de início da persecução penal.

**QUESTÃO 44**

Julgue os itens subseqüentes, relativos à suspensão condicional do processo, de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

- I Quando a proposta de suspensão é recusada, o juiz deve remeter os autos ao Ministério Público para que este ofereça denúncia.
- II A suspensão condicional do processo é cabível no caso de crimes praticados com violência e grave ameaça.
- III A suspensão somente pode ser concedida nas infrações penais de menor potencial ofensivo.
- IV Expirado o prazo sem revogação da suspensão, o juiz deve decretar a extinção da punibilidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**QUESTÃO 45**

De acordo com o princípio da correlação entre a sentença e a denúncia ou queixa, o juiz

- A deverá absolver o acusado, se não concordar com a classificação do delito constante da denúncia.
- B não pode dar definição jurídica diferente ao fato que consta na denúncia ou na queixa, se tal definição acarretar aplicação de pena mais grave.
- C pode reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas pela acusação.
- D deverá baixar o processo para que a defesa se pronuncie e requeira a produção de provas, no prazo de 8 dias, caso reconheça haver possibilidade de dar nova definição jurídica ao fato, em razão de prova de circunstância que não tenha sido descrita na denúncia e que implique pena mais grave.

**QUESTÃO 46**

Assinale a opção correta acerca do direito de representação.

- A Os crimes contra os costumes são, em regra, de ação penal pública condicionada à representação, excetuando-se a hipótese de crime cometido com abuso de pátrio poder ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.
- B Em crime de ação pública condicionada, a ausência de representação implica nulidade *ab initio* do processo.
- C O direito de representação somente pode ser exercido pela vítima, sendo extinto em caso de morte.
- D Salvo disposição em contrário, o direito de representação decai em seis meses, contados da data da consumação do delito, excluindo-se, da contagem, o dia inicial.

**QUESTÃO 47**

A prisão preventiva

- A pode ser decretada quando houver indício da materialidade do crime e prova cabal da autoria.
- B somente pode ser decretada em caso de crimes punidos com reclusão.
- C somente pode ser decretada pela autoridade judiciária, em qualquer fase do IP ou do processo.
- D deve ser decretada nos casos em que o acusado, não tendo sido localizado, seja citado por edital e deixe de comparecer ao interrogatório.

**QUESTÃO 48**

Assinale a opção correta acerca da teoria geral das provas no processo penal.

- A Pela lei processual, os ascendentes, descendentes, cônjuges e irmãos dos acusados não são obrigados a depor, mas, se o fizerem, deverão prestar compromisso de dizer a verdade, sob pena de falso testemunho.
- B O CPP estabelece um rol taxativo dos meios de provas admitidos, a fim de evitar o emprego de provas ilícitas.
- C No processo penal, vige o sistema da íntima convicção do magistrado, exceto nas decisões dos jurados no tribunal do júri, que é regido pelo sistema da livre convicção.
- D De acordo com o CPP, o exame de corpo de delito é sempre obrigatório na apuração de infrações que deixem vestígios, somente podendo ser suprido pela prova testemunhal nos casos em que a prova pericial seja inviabilizada em razão do desaparecimento dos vestígios.

**QUESTÃO 49**

Com relação aos procedimentos do processo penal, assinale a opção correta.

- A O procedimento dos crimes de competência do júri é composto de três fases: o sumário da culpa, o juízo da causa e o julgamento em plenário.
- B O procedimento sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/1995, é aplicado nos casos de infrações de menor potencial ofensivo e para aqueles cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano.
- C O procedimento ordinário aplica-se aos crimes punidos com reclusão, exceto quando há expressa previsão legal de rito especial.
- D No caso de crime contra a honra, o juiz deve, após o recebimento da denúncia, designar audiência de conciliação, e, caso a vítima desista da ação, o réu deverá ser absolvido.

**QUESTÃO 50**

Assinale a opção correta relativa às regras previstas no CPP a respeito da ação civil *ex delicto*.

- A A absolvição com fundamento na legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito não impede que seja discutido no cível se o autor do fato agiu acobertado por uma das excludentes de ilicitude.
- B A sentença penal condenatória não pode ser executada no cível, devendo ser previamente ajuizada, na referida esfera, uma ação de conhecimento para apurar a responsabilidade civil do réu.
- C Faz coisa julgada no cível a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado ao réu não constitui crime ou que julgar extinta a punibilidade.
- D Para evitar decisões conflitantes, o juiz pode suspender o curso do processo na esfera cível até o julgamento definitivo da ação penal.

**QUESTÃO 51**

O acesso à justiça é considerado direito fundamental previsto na CF. Para os que comprovarem insuficiência de recursos, o Estado prestará assistência

- A judiciária integral e gratuita.
- B jurídica integral e gratuita.
- C jurídica parcial e onerosa.
- D judiciária parcial e onerosa.

**QUESTÃO 52**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é comprometida com os princípios constitucionais da administração pública e com a democracia. Para manter-se esse compromisso, são garantidos alguns direitos às pessoas que buscam atendimento na Defensoria Pública. Entre esses direitos, **não** se inclui a

- A participação na definição das diretrizes institucionais da Defensoria Pública.
- B informação.
- C participação com poder de voz e voto nas reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública.
- D qualidade na execução das funções.

**QUESTÃO 53**

A Defensoria Pública do Estado, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a prevenção dos conflitos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Artigo 3.º da Lei Complementar Estadual n.º 988/2006.

Nesse sentido, as atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo **não** incluem a

- A representação dos necessitados em juízo, na tutela de seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito civil ou criminal, perante os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas as instâncias, com exceção dos tribunais superiores.
- B prestação de atendimento interdisciplinar.
- C atuação nos estabelecimentos policiais, penais e de internação, inclusive de adolescentes, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais.
- D promoção de trabalho de orientação jurídica e informação sobre direitos humanos e cidadania em prol das pessoas e comunidades carentes, de forma integrada e multidisciplinar.

**QUESTÃO 54**

Acerca da responsabilidade institucional da defensoria pública na garantia do acesso à justiça, julgue os próximos itens, de acordo com as diretrizes constitucionais.

- I Emenda à CF atribuiu às defensorias públicas estaduais e à Defensoria Pública da União autonomia funcional e administrativa.
- II A defensoria pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- III Os cargos de carreira da defensoria pública devem ser providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 55**

No tocante aos direitos e deveres dos defensores públicos do estado de São Paulo, assinale a opção correta.

- A** Representa a garantia de vitaliciedade ao defensor público a impossibilidade, após o estágio probatório, de ser demitido, senão por sentença judicial ou decisão exarada em processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa.
- B** É prerrogativa do defensor público requisitar, após expressa autorização do juiz, a quaisquer órgãos públicos estaduais, exames, certidões, cópias reprográficas, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições, podendo acompanhar as diligências requeridas.
- C** Há hierarquia entre defensores públicos, membros do Ministério Público e magistrados.
- D** É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado dispor, em tribunais, fóruns e demais locais de funcionamento de órgãos judiciários, em estabelecimentos penais, nos destinados à internação de adolescentes e em delegacias de polícia, de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções, especialmente no que se refere ao atendimento público.

**QUESTÃO 56**

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 988/2006, que instituiu a Defensoria Pública de São Paulo, assinale a opção correta.

- A** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo não pode integrar conselhos federais, estaduais e municipais cujas finalidades lhe sejam afetas.
- B** A orientação jurídica assumida pela Defensoria Pública não pode abarcar, em hipótese alguma, a orientação às entidades civis que tenham entre as suas finalidades a tutela de interesses dos necessitados, uma vez que a Defensoria limita-se à defesa dos direitos dos cidadãos, estando pessoas jurídicas excluídas do seu âmbito de atuação.
- C** A possibilidade de o defensor público utilizar processo de mediação e conciliação entre as partes em conflito de interesses caracteriza, entre outras, a atuação judicial do defensor público prevista em lei.
- D** O conceito de defesa em todos os graus compreende também a possibilidade de o defensor público promover a tutela dos direitos humanos em qualquer grau de jurisdição, inclusive perante os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos.

**QUESTÃO 57**

Não compõe o Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo o

- A** ouvidor-geral da defensoria pública.
- B** primeiro subdefensor público-geral do estado.
- C** terceiro subdefensor público-geral do estado.
- D** defensor público do estado corregedor-geral.

**QUESTÃO 58**

O estagiário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que se ausentar de suas atividades, durante o ano civil, por mais de 10 dias, sem justificção, será descredenciado

- A** mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- B** a pedido próprio.
- C** automaticamente.
- D** a pedido próprio ou mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.

**QUESTÃO 59**

O estagiário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

- A** exercerá, transitoriamente, funções auxiliares dos defensores públicos, sendo os direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos estendidos ao estagiário.
- B** pode utilizar distintivos e insígnias privativos dos membros da Defensoria Pública do Estado.
- C** tem direito a licença de até 5 dias por ano, sem prejuízo da bolsa mensal, para realização de provas atinentes ao curso de graduação em direito, com prévia autorização do defensor público a que estiver subordinado, que deve ser requerida com antecedência mínima de 5 dias.
- D** deve, no atendimento ao público, vincular-se aos limites da orientação que venha a receber pelo defensor público a que estiver subordinado.

**QUESTÃO 60**

Bárbara, estagiária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação na área dos direitos da criança e adolescente, recebeu a informação de que estão ocorrendo várias violações administrativas em unidade de internação para adolescente autor de ato infracional. Bárbara, então, repassou a informação ao defensor público, que decidiu ir à unidade para averiguar a sua veracidade.

Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 988/2006, o defensor público terá acesso

- A** amplo e irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, independentemente de prévio agendamento ou autorização.
- B** irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, dependendo de prévio agendamento e autorização do corregedor-geral da defensoria.
- C** irrestrito apenas ao local que consta na denúncia, independentemente de prévio agendamento ou autorização.
- D** amplo e irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, desde que haja autorização do defensor público-geral.